

Editorial

A Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva é uma publicação editada pela Unidade de Tecnologias da Informação e Comunicação em Saúde (UTICS) do Núcleo de Estudos de Saúde Pública (NESP), unidade da Universidade de Brasília vinculada ao Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM). Essa publicação tem por missão difundir conhecimento e promover intercâmbio e assessoramento em temas relacionados à área de saúde coletiva.

A revista Tempus utiliza o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), software concebido para construção e gestão de publicações periódicas eletrônicas. Esse sistema foi traduzido pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), com base no *Public Knowledge Project* desenvolvido pelas universidades norte-americanas Columbia Britânica, Simon Fraser e Stanford. Esse sistema objetiva melhorar a qualidade acadêmica e pública da pesquisa (<http://pkp.sfu.ca/?q=ojs>). Assim, a Revista Tempus tem por objetivo constituir-se em instrumento de comunicação e divulgação, que possibilite registro e intercâmbio de práticas, reflexões e resultados de pesquisas no Campo da Saúde Coletiva.

Publicada em parceria com o Departamento de Ciência da Informação e Documentação da UnB, a Revista Tempus possui periodicidade trimestral, em versões eletrônica e impressa para números temáticos.

No início de 2010, as professoras Maria Fátima de Sousa, atual coordenadora do Núcleo de Estudos de Saúde Pública da UnB, e a Professora Ana Valéria Mendonça, responsável pela UTICS e pela coordenação editorial da Revista Tempus, convidaram-me para ser editor *ad hoc* do número especial sobre o tema Assistência Farmacêutica. De pronto, com satisfação, aceitei tal incumbência.

Em março do mesmo ano, formulei convite a pesquisadores e profissionais da área a

acessarem o sítio eletrônico da Revista Tempus e contribuírem com documentos relacionados a Assistência Farmacêutica, usando o SEER, apontando para os seguintes gêneros de informação:

- 1) *Artigos originais nas seguintes temáticas: avaliação de situação de saúde, estudos etiológicos, avaliação epidemiológica de serviços, programas e tecnologias e avaliação da vigilância epidemiológica;*
- 2) *Artigos de revisão crítica sobre tema relevante para a saúde pública ou de atualização em um tema controverso ou emergente;*
- 3) *Relatos de experiência; Pesquisa em andamento; Relatórios de reuniões ou oficinas de trabalho realizadas para a discussão de temas relevantes à saúde pública, como também suas conclusões e recomendações;*
- 4) *Entrevistas;*
- 5) *Resenhas, avanços tecnológicos, pequenos resumos de novas publicações sobre os diversos aspectos da saúde pública e temas afins;*
- 6) *Resumo de teses e dissertações defendidas;*
- 7) *Cartas ao editor, comentários, ou artigos de opinião curto.*

Recebi valiosas contribuições sobre divulgação científica de ações e temas de relevância para a Assistência Farmacêutica. Com efeito, aproveitando a oportuna realização do V Fórum Nacional de Assistência Farmacêutica, surgiu a chance de fazer o lançamento desse número temático da Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva do NESP/UnB também na forma impressa.

Situação atual da Assistência Farmacêutica no Brasil

O V Fórum Nacional de Assistência

Farmacêutica deverá abordar assuntos atuais relacionados à Política de Assistência Farmacêutica, bem como as ações governamentais do Ministério da Saúde (MS) com vistas ao cumprimento dos seus eixos estratégicos. Pretende-se também que o evento seja um ambiente onde o Departamento de Assistência Farmacêutica do MS divulgue as ações realizadas no processo de efetivação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica e apresente as perspectivas nesta área para os próximos anos.

Ainda na ocasião, deve-se destacar o lançamento do Formulário Terapêutico Nacional (FTN) 2010, elaborado pela Comissão Técnica e Multidisciplinar de Atualização da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (COMARE). O FTN tem por objetivo subsidiar os profissionais de saúde em prescrição, dispensação e uso dos medicamentos essenciais contidos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME) 2010. Espera-se que o seu uso traga benefícios individuais, como também para as instituições públicas e o país, porquanto a incorporação e uso de instrumentos pautados por evidências definidoras de condutas responsáveis geram consequências positivas sobre mortalidade, morbidade e qualidade de vida da população.

A Revista *Tempus* tem o prazer de apresentar uma revisão crítica acerca do propósito e das consequências positivas do uso do conceito de medicamento essencial. Lenita Wannmacher relata a trajetória dos medicamentos essenciais na Organização Mundial da Saúde (OMS), a mesma instituição que acredita que o “conceito de medicamentos essenciais é uma das maiores aquisições de saúde pública na história da OMS”, sendo tão relevante quanto foi na sua concepção há mais de 30 anos. Entretanto, no Brasil, contrariando as recomendações da OMS, a RENAME ainda permanece com caráter meramente norteador da disponibilidade de medicamentos nos serviços públicos de saúde, o que contrasta com outros inúmeros inegáveis avanços da política farmacêutica no Brasil.

Janeth Naves, professora da Faculdade de Saúde da Universidade de Brasília, apresenta

um relato de experiência do Estado de Goiás e compartilha sua reflexão acerca da importância de formulação de políticas e planejamento para a área da Assistência Farmacêutica. Com o intuito claro de gerar reflexões sobre os benefícios da implementação de uma boa política local, Janeth Naves apresenta alguns dos desafios e dificuldades encontrados desde a publicação da Política Nacional de Medicamentos em 1998 até a publicação da Política de Assistência Farmacêutica Integrada para Goiás, em 2006.

Visando compartilhar alguns dos desafios de construção e barreiras na implementação de políticas de saúde que contribuem para o acesso e uso responsável de medicamentos, a *Tempus* apresenta ainda mais outras duas experiências no Brasil. A primeira no estado do Amazonas, materializada pelo estudo de Ana Célia Moura, farmacêutica especialista da Fundação Alfredo da Mata de Manaus, em que resume os dados coletados para análise da organização e estruturação da Assistência Farmacêutica nos municípios daquele Estado. Para Ana Célia, o diagnóstico que realizou poderá ser usado na discussão da fragmentação das etapas do ciclo da Assistência Farmacêutica, com vista a melhorias na oferta da Assistência Farmacêutica Integral à população dos municípios do Amazonas.

Na narração da segunda, Luciane Kopittke e Elineide Camillo, farmacêuticas do Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição (GHC) em Porto Alegre, relatam sua inovadora experiência, descrevendo avanços em incorporação e boa estruturação da Assistência Farmacêutica em Unidades de Saúde do GHC ligadas à Atenção Primária à Saúde local.

Desafios e processo de mudança na Assistência Farmacêutica

Os desafios descritos por Janeth, Ana Célia, Luciane e Elineide são muito semelhantes aos enfrentados diariamente por muitos outros profissionais no país. Temas como desabastecimento da rede local e aumento da “judicialização dos medicamentos”

são recorrentes na mídia e na realidade da Assistência Farmacêutica no Brasil.

No Brasil, ainda merecem destaque as desigualdades sociais em acesso e utilização de serviços de saúde. Tais iniquidades podem variar muito em função de características locais e particulares de organização e gestão local do sistema de saúde.

A Organização Mundial da Saúde, em 2007, por reconhecer que os estados membros da OMS têm necessidade de contar com sistemas de saúde mais equitativos, integradores e justos, comprometeu-se em trabalhar no sentido de reforçar a Atenção Primária à Saúde. No mesmo ano foi publicado o documento de posicionamento da Organização Panamericana da Saúde (OPAS) sobre a renovação da Atenção Primária à Saúde nas Américas.

Os desafios da entrega dos Serviços Farmacêuticos sob nova perspectiva

A Assistência Farmacêutica, como definida no artigo 1º da Resolução No 338 do Conselho Nacional de Saúde, de 6 de maio de 2004, que aprova a Política Nacional de Assistência Farmacêutica, trata o tema como sendo *“um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, tanto individual como coletiva, tendo o medicamento como insumo essencial e visando acesso e seu uso racional”*.

Recentemente, a OPAS/OMS vem abordando o tema com maior profundidade, sugerindo mudança do enfoque de políticas que se baseiam somente nos medicamentos para uma nova perspectiva, em que os indivíduos, suas famílias e a comunidade sejam mais importantes. Tal mudança de visão justifica ser o medicamento “um dos” elementos (não o único) que contribuem com acesso equitativo e uso responsável. O processo de entrega dos serviços farmacêuticos baseados na Atenção Primária à Saúde na visão renovada será objeto de um Guia dos Serviços Farmacêuticos a ser publicado pela OPAS/OMS em breve, sendo também abordado em artigo de minha autoria nesse número temático da Revista Tempus.

O processo de mudança do foco do uso de medicamentos e a implementação dos serviços farmacêuticos também será abordado em outros cinco artigos originais. Joice Sabino e Rita Cardoso apresentam estudo com perfil e atitudes de balconistas de drogarias ao dispensar medicamentos sem prescrição médica. Tema atual e relevante principalmente frente à publicação de duas recentes e importantes Resoluções da Diretoria Colegiada da ANVISA (RDC 44/2009 e RDC 44/2010).

Luciane Kopittke, Adriana Steffens e Airton Tetelfom Stein apresentam estudo transversal em que identificam eventos adversos a medicamentos em pacientes idosos atendidos em uma Unidade de Saúde do Serviço de Saúde Comunitária do Grupo Hospitalar Conceição de Porto Alegre. Reforçam a importância de ações de farmacovigilância e do monitoramento do tratamento farmacológico para identificação de problemas relacionados com o uso de medicamentos. A análise de prescrição racional em uma Unidade de Saúde de Goiás também é tema de artigo de Luciana de Melo Borges.

Emília Vitória da Silva, farmacêutica do Centro Brasileiro de Informação sobre Medicamentos (CEBRIM) do Conselho Federal de Farmácia (CFF) e Ludmilla Costa de Araújo avaliam, em artigo original, a adesão a tratamento anti-hipertensivo em pacientes atendidos em uma Unidade de Saúde em Goiás. Emília Silva ainda contribui com outro artigo, em co-autoria com Lia Lusitana Cardozo de Castro e Raquel Cymrot, em que apresenta um modelo de avaliação de sítios da internet que disponibilizam informação sobre saúde, enfatizando o tema obesidade, por ser um dos assuntos mais procurados na rede mundial de computadores. Assim, ela espera contribuir para que outros centros de informação de medicamentos possam indicar sítios confiáveis e úteis com linguagem dirigida ao paciente.

Espero assim que o número temático de Assistência Farmacêutica da Revista Tempus propicie reflexões profícuas. Boa leitura!

Rafael Mota Pinheiro

Universidade de Brasília (UnB)